

# Rainha nzinga mbandi, imbangalas e portugueses: as guerras nos kilombos de Angola no século XVII

*Mariana Bracks Fonseca*<sup>1</sup>

## *Resumo*

No processo de formação da colônia portuguesa Angola, no século XVII, muitas guerras foram travadas para aumentar os fluxos do tráfico negreiro. Rainha Ginga, Nzinga Mbandi, é a líder da resistência do povo do Ndongo, que estava sendo ameaçado pelos avanços europeus, ao mesmo tempo em que bandos de guerreiros nômades destruíam a produção tradicional dos Mbundo. Estes bandos eram os Kilombos Imbangalas, os Jagas que as fontes descreveram como canibais e selvagens. Os Imbangalas desempenharam num papel ambíguo e central nas guerras angolanas, atuando tanto como mercenários para a captura de escravos, como guerreiros subordinados a Rainha Ginga em sua luta contra a invasão portuguesa. Este projeto de Mestrado está sendo desenvolvido junto ao Departamento de História Social da USP e recebe os auxílios da FAPESP.

*Palavras-chave:* Tráfico negreiro, resistência africana, História de Angola

## *Abstract*

On the formation processo of the poruguese colony Angola, in the 17th century, so many wars happened to increase the slave trade. Queen Ginga, Nzinga Mbandi, is the leader of the Ndongo people resistance, who was been threatened by europeans headway, and at the same time, by warrions bands that destroyed the Mbundo tradicional production. These bands were the Kilombos Imbangalas, the Jagas that the sources described as canibals and wilds. The Imbangalas had a central and ambiguous role in angolan wars, acting as mercenaries to slave imprisonment, as well as warrions subordinates to Queen Ginga in her fighth against the portuguese invasion. This Máster project have been developed apress the Social History Departament of USP and receives FAPESP resources.

*Keywords:* Slave trade- african resistance- Angola History

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela UFMG. Atua em projetos de pesquisa no Departamento de História Social da USP.

## A chegada dos portugueses no reino do Ndongo

O Reino do Ndongo centralizou-se em torno do soberano Ngola no princípio do século XVI, conquistando paulatinamente independência perante o Congo e soberania sobre os chefes locais, chamados sobas. Após duas expedições frustradas para converter o Ngola<sup>2</sup>, Paulo Dias de Novais chega em 1575 com a “carta de doação”<sup>3</sup> de D. Sebastião, estabelecendo a “conquista” a partir da recém fundada São Paulo de Luanda. Inicia-se um complexo jogo de alianças e “avassalamento” dos sobas que estavam sob o controle político do Ngola ou que lutavam para manter graus variados de autonomia. No instável cenário político do reino do Ndongo foi se formando a colônia portuguesa de Angola, nome derivado do título daquele régulo.

Alternando-se momentos de “coexistência pacífica” ou de conflitos armados entre o Ngola e os portugueses, as guerras angolanas se intensificam a partir da década de 1590 fomentadas pelo “mito da prata” de Cambambe - nunca encontrada - e pelo crescente mercado escravocrata que surgia no Atlântico.

<sup>2</sup> A primeira expedição chegou ao Ndongo em 1520 e resultou na prisão dos emissários. Em 1565, a Cia. de Jesus e Paulo Dias de Novais compõe a segunda expedição, este fica refém do Ngola por cinco anos, juntamente com o padre Francisco Gouveia. Ver: DELGADO, Ralph. *História de Angola: 2ª ed rev. corrig.* - Lobito : Livraria Magalhães, 1961.

<sup>3</sup> Carta de Doação a Paulo Dias de Novais. FELNER, Luis de Albuquerque. (dir.) *Angola no século XVI. Documentos. Comentários de A.L.A. Ferronha.* Publicações Alfa Lisboa, 1989. Doc.6. pp.69-82.

É a busca por escravos que vai definir a história de Angola no século XVII e nos séculos posteriores. As inúmeras guerras, descritas minuciosamente pelo Capitão português Cardonega<sup>4</sup>, visaram sempre, em última instância, ao lucrativo comércio de mão de obra. Tudo era motivo para se fazer guerra: a não aceitação da submissão, a interceptação de alguma caravana comercial, a rebeldia de um soba já avassalado...

O controle dos sobas garantia a penetração no interior e o avanço da “conquista” e, ao mesmo tempo, fortalecia os exércitos lusitanos, pois os sobas aliados tinham obrigação de dar passagem, alojamento e alimentação as tropas portuguesas, serem “amigos dos amigos e inimigos dos inimigos”, de ceder pessoas de sua jurisdição para compor as tropas da “conquista”, a chamada “GUERRA PRETA”.

Ao lado dos generais portugueses, lutavam africanos designados por seus sobas em sinal de obediência. As guerras em Angola não existiriam sem a maciça participação dos africanos, que atuavam como soldados, carregadores, guias na densa mata, coletores de alimentos, já que a fome era um grande problema dos exércitos em Angola. Além do braço para a guerra, os africanos combatentes utilizavam seus conhecimentos tribais na preparação para a luta, as estratégias

<sup>4</sup> CADORNEGA, *História geral das guerras angolanas.* (1681). 3 vols. Ed. Anot. Cónego José Mathias Delgado (vols.1 e 2) e Manuel Alves da Cunha (vol.3). Lisboa, 1972.

bélicas próprias para aquela geografia e suas próprias armas ( machadinhas, arcabuzes, lanças). O uso de armas de fogo foi pouco empregado neste primeiro momento da “conquista”.<sup>5</sup> Assim, as guerras angolanas foram essencialmente guerras vividas por africanos dos dois lados.

A pressão sobre o reino do Ndongo se intensifica no reinado de Ngola Mbandi (1617-1623) com a transferência de um presídio português para Ambaca, localidade muito próxima da capital do reino, Cabaça, suscitando grandes reações dos chefes locais.

### **Rainha Nzinga e a resistência a penetração portuguesa**

Nzinga Mbandi, irmã de Ngola Mbandi, vai se destacar nas guerras angolanas como líder do processo de resistência a colonização portuguesa. Sua ação política é múltipla e por vezes, considerada ambígua. Em 1623, como embaixadora de Ngola Mbandi nas negociações com o governador João Correia de Souza, aceita o batismo cristão e recebe o nome de Ana de Sousa. Após a morte do Ngola (1624) assume como regente de seu sobrinho, e é acusada de matá-lo. Nzinga não aceita os avanços portugueses, recusa abrir os mercados de escravos e não permite missionários em seu território.<sup>6</sup> Em 1626, o governador Fernão

de Souza efetiva um golpe político, que destituiu Nzinga do trono do Ndongo e a substituiu por um “rei fantoche”, Hari a Kiluanje.

Nzinga forma uma potente confederação de descontentes com a presença portuguesa, coligando-se com os chefes Ndembus (norte do Ndongo, fronteira com o Congo), os sobas da Quissama e poderosos ao longo do rio Kwanza. A rainha atraiu para seu domínio político sobas já avassalados pelos portugueses e seguia em declarada campanha anti-lusitana, impedindo feias e a circulação das caravanas comerciais. Após o golpe político, Nzinga se alia a bandos Imbangalas, incorporando a estrutura bélica dos Kilombos, assim aumenta maciçamente seu poder de guerra. Por volta de 1630, conquista o reino de Matamba e ganha fama de guerreira imortal, conhecedora de feitiços capazes de ganhar as guerras. Alia-se aos holandeses durante a invasão da Angola portuguesa desenvolvendo uma rota comercial por Matamba, em que armas eram trocadas por escravos. Foram mais de quarenta anos de resistência aos portugueses, até que no final de sua vida, após muitas pressões e o seqüestro de sua irmã Mocambo, refém dos portugueses de 1646 a 1656, Nzinga negocia a paz com os lusitanos e retorna ao catolicismo através de missionários Capuchinhos italianos. Marina de Mello e Souza entende o cristianismo como “*um meio de legitimação dos novos arranjos de poder na situação de contato*

<sup>5</sup> THORNTON, John. *The art of war in Angola 1575-1680. Comparative Studies in Society and History*, 1988, vol. 30 (2) pp.360-78.

<sup>6</sup> BRÁSIO. *Monumenta Missionária Africana*. Vol. VIII, p.137-138, 158-159.

entre centro-africanos e portugueses”<sup>7</sup>, em que comércio, religião e poder estão intimamente relacionados. O retorno ao cristianismo seria assim uma garantia de paz para esta guerreira já cansada.

Nzinga Mbandi morre aos 80 anos, sepultada como católica e em paz com os europeus. Sua vida foi repleta de interessantes episódios e hoje é considerada a maior personalidade da resistência angolana frente a penetração dos portugueses. Para além da romantização que se deu em torno de sua personalidade, pretendemos entendê-la historicamente como líder política e estrategista militar no contexto das guerras angolanas.

No presente artigo, pretende-se focar na dita aliança com os Imbangalas pela importância que este grupo multiétnico teve na expansão do tráfico negreiro. São muitas interrogações que a historiografia tem sobre este povo e foram igualmente variadas as ações que eles empreenderam na “conquista” de Angola, atuando tanto como guerreiros mercenários para captura de escravos, como soldados da Rainha Nzinga para combater os portugueses.

### **Jagas ou Imbangalas: criação e negação da historiografia.**

O nome Jaga aparece na Europa pela primeira vez pelos relatos de Lopez,

<sup>7</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *A rainha Jinha de Matamba e o catolicismo (África Central, século XVII)* In: Millán, J. M. e Lourenço, M<sup>a</sup>. P. Marçal. (coords.) *Lãs relaciones discretas entre las monarquias hispana Y portuguesa: Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Vol.III. Madrid: Ediciones Polifemo, 2008,p. 2109.

publicados por Pigaffeta em 1591<sup>8</sup>. Aos Jagas é atribuída a culpa pela grande invasão que devastou o reino do Congo em 1568 e expulsou o rei D. Álvaro de sua capital.

São descritos como bárbaros, cruéis, canibais, um povo que vivia da guerra, causando destruição das estruturas mais civilizadas da África Central:

*Eles (os Jagas) eram grandes em estatura, mas de uma proporção doentia, e viviam como bestas selvagens, e comiam carne humana. Quando lutavam demonstravam grande coragem, e usavam barulhos pavorosos para assustar os inimigos.*<sup>9</sup>

O Capuchinho Cavazzi<sup>10</sup>, missionário nos reinos do Congo, Matamba e Angola no século XVII, deixou uma descrição “quase etnográfica” deste grupo, registrando seus ritos, juramentos, crenças, formas de moradia e alimentação. Com sua função de enviado do Vaticano através da Propaganda da FIDE<sup>11</sup> para combater as heresias e levar a “verdadeira fé” aos povos gentios, Cavazzi enxergou nos Jagas o próprio diabo cristão e

<sup>8</sup> LOPEZ, Duarte e PIGAFETTA, Filippo. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha. Lisboa: Alfa, 1989. Primeira edição: *Relatione del reame di Congo ...* Roma.1591.

<sup>9</sup> Idem. *Op. Cit.* p. 135.

<sup>10</sup> CAVAZZI. Giovanni Antonio. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

<sup>11</sup> Congregação de Propaganda Fide em 1622 no Vaticano para dirigir e coordenar toda a atividade missionária da Igreja, procurando torná-la independente da tutela das potências coloniais católicas da época, em particular Espanha e Portugal. Ver [www.fides.org](http://www.fides.org).

suas práticas religiosas foram traduzidas como “*seitas demoníacas*”. Pensamento este que acompanhou o trabalho missionário na África por longos séculos.

As fontes do século XVII sempre chamam os bandos de guerreiros nômades de Jagas, destacando-se o caráter desumano destas populações e seus hábitos antropofágicos.

Na década de 1960 a historiografia passou a discutir a identidade étnica do ditos Jagas, relacionando-os aos Imbangalas. David Birmingham primeiramente considerou os Imbangalas “refugiados” originários da Lunda que saíram do seu país após a invasão Luba, formando um grupo étnico culturalmente distinto dos Jagas, que seria um “povo errante”<sup>12</sup>. Em outro trabalho publicado no mesmo ano, Birmingham diz que o “designativo Jaga se identificava com o nome pelo qual os Portugueses chamavam habitualmente os chefes Imbangala”<sup>13</sup>. Alguns anos mais tarde, este mesmo autor admitia a especificidade étnica dos Jagas, levantando a hipótese de que eles teriam emergido diretamente da turbulenta área dos estados Luba, e que viajaram para a costa atlântica do Congo, enquanto que os Imbangalas foram indiretamente postos em movimento pelas mesmas mudanças quando atingiram Luanda<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> BIRMINGHAM, D. *The date and the significance of the Imbangala Invasion of Angola*. In: *Journal of African History*. Vol. VI, nº2. (1965.) p. 143-152.

<sup>13</sup> BIRMINGHAM, D. *The portuguese conquest of Angola*. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 35.

<sup>14</sup> BIRMINGHAM, D. *The African response to Early Portuguese Activities in Angola*. In CHILCOTE,

Jan Vansina diz que os Jagas eram originários da Lunda ou, mais provavelmente, da Luba<sup>15</sup>. Os Jagas, que sempre incorporaram outros povos, no início do século XVII, estavam “divagando um pouco por toda parte” na região do Alto-Kwango, chamando a si próprios de Mbangala ou Mbongola, sendo mais tarde incorporados pelos Kinguri/ Lunda.

Joseph Miller é o primeiro a usar o nome Jaga entre aspas, sinalizando sua subjetividade<sup>16</sup>. Segundo este autor, o termo “Jaga” era o nome pelo qual os Imbangalas eram equivocadamente conhecidos. Em seus estudos, afirma que os Imbangalas eram os descendentes do Kinguri/Lunda, que invadiram a região norte do país Mbundo no século XVII

O mesmo Miller, no ano seguinte, escreve um artigo com a declarada intenção de abolir a noção de Jaga da historiografia da África Central como sinônimo de uma entidade etno-cultural definida.<sup>17</sup> Já pelo título do artigo “*Réquiem for the Jaga*”, Miller sugere a eliminação deste grupo da história da região, ao afirmar que os Jagas nunca existiram fora da imaginação dos missionários, traficantes de escravos ou dos oficiais do Governo português, que criaram estes míticos ca-

---

Ronald H. (org.). *Protests and Resistnace in Angola and Brazil: Compararative studies*. Berkeley: University of California Press, 1972.

<sup>15</sup> VANSINA, J. *More on the invasion of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda*. In: *Journal of African History*, vol. VII, nº3. 1966. p. 426.

<sup>16</sup> MILLER, Joseph. *The Mbangala and the cronology of early central african history*. In: *Journal of African History*, vol. XIII, nº4, 1972. p. 549.

<sup>17</sup> MILLER, Joseph. “Requiem for the Jaga.” *Cahiers d’Etudes Africaines*, v. 13, n.49. p.121-149, 1973.

nibais para justificar suas próprias atividades na África. Os europeus enxergavam a crueldade, canibalismo e barbárie em vários povos africanos e acabaram dando a todos o nome de “Jaga”, somando-se a noções imprecisas da geografia africana nos séculos XVI e XVII. Erros etimológicos teriam estimulado a falsa associação entre Jaga, Agagi, Galas.

As características físicas dos Jagas e seus comportamentos, como foi descrito, reverteu todas as coisas que eram familiares aos europeus: eram negros, monstruosos, canibais e destruíam toda e qualquer forma de civilização, assim desempenharam a mesma função que as Amazonas na mitologia europeia, como uma oposição aos valores “civilizados”. Alguns detalhes da aparência e armamento dos Jagas derivavam do generalizado estereótipo do selvagem africano.

O alegado apetite por carne humana recebeu especial atenção dos traficantes de escravos em Angola. Mercadores privados e públicos os usaram para defender a moralidade do tráfico pois a escravização livraria os povos Mbundo de serem comidos pelos Jagas. O argumento de que o tráfico negreiro era uma benção pois salvava os negros do canibalismo e os convertia para o seio da “Santa Madre Igreja” foi dito pelo capitão Cadornega<sup>18</sup> e se manteve na historiografia portuguesa pró-colonista até o século XX<sup>19</sup>. Traficantes também os evocaram para explicar as diferenças entre

o número de prisioneiros feitos no interior e o número de escravos exportados no litoral. Os escravos faltantes, é claro, foram exportados ilegalmente, sem pagar os tributos devidos, mas os traficantes ilícitos explicaram esta discrepância alegando que teriam sido comidos pelos Jagas.<sup>20</sup>

Miller, ao se aprofundar na história do Congo, conclui que a dita invasão de 1568 fora uma colisão de descontentes internos que assolaram o poder, somados a invasores externos de outros reinos vizinhos. Para Miller, a criação do “mito dos Jagas” serviu bem aos propósitos portugueses, pois após o resgate de D. Álvaro, Portugal passou a exigir soberania daquele reino.

John Thornton<sup>21</sup> deu continuidade ao debate ao “ressuscitar” os Jagas, afirmando sua existência histórica. Identificou-os aos Yakas do Vale do Niari, que de fato, invadiram o Congo. Conclui que o nome Jaga descreve mais um modo de vida do que um grupo étnico específico. Em uma análise mais apurada, percebe-se que Thornton não se afasta muito de Miller pois ambos concordam que o vocábulo “Jaga” não deve ser entendido como um grupo étnico particular, mas sim um conjunto de formações sociais etno-culturalmente heterogêneas que, em determinados momentos da história, adotaram a instituição do Kilombo.

<sup>18</sup> CADORNEGA. *História Geral das Guerras Africanas*. Vol I pp.11-14.

<sup>19</sup> DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Lobito, 1948-1955. Vol. III. pp. 129-130.

<sup>20</sup> Relato de Fajardo publicado em CORDEIRO, Luciano. *Viagens, explorações e conquista dos Portugueses*. Lisboa, 1881, VI, p.23. Citado por MILLER, “*Réquiem for the Jaga*.” p.134.

<sup>21</sup> Thornton, John. « A resurrection for the Jaga ». In: *Cahiers d'Études Africaines*, v.18, n 69, p. 223-227. 1978.

François Bontick<sup>22</sup> também dá sua contribuição para o debate, publicado na mesma revista, acrescentando dados mais apurados sobre a geografia do Congo para reafirmar a existência deste grupo enquanto agente histórico, mas não nos fornece mais informações sobre quem eram os Jagas que aparecem na documentação de Angola do século XVII.

Miller realizou uma longa pesquisa junto aos descendentes do bando de Kinguri, os Imbangalas do distrito de Malanje. O pesquisador reuniu histórias orais contadas por historiadores oficiais da corte do antigo estado de Kasanje, chamados *ndala kandumbu*, e pelos *baka a musendo*, “historiadores” não oficiais, mas profissionais.<sup>23</sup> Miller percebeu como as insígnias de poder das linhagens Mbundo foram diluídas ou incorporadas pelos Kilombos em suas migrações.

### **Imbangalas: origens, ritos e mitos**

Lopez-Pigaffeta apresentam a origem dos Jagas nas lendárias terras perto do lago do Nilo, uma região conhecida no século XVI apenas por vagas referências em textos antigos, onde se acreditava estar na província do Império “Monemugi”. O *Mwene Mugi* era um reino mítico que os geógrafos daquele tempo comumente localizavam no interior do conti-

nente. A atribuição desta terra de origem ao Jagas revela declaradamente as suas qualidades míticas.

Cavazzi<sup>24</sup> relata, segundo as tradições que ouviu no tempo que viveu em Angola, que os Jagas teriam vindo de Serra Leoa. Narra as origens fundadoras deste bando guerreiro em que um grande chefe chamado Zimbo percorreu vasta área da África Central destruindo povoações e conclamando guerreiros para o acompanhar. Sua mulher ou filha, chamada Temba Ndumba, a fim de tornar seus soldados invencíveis realizou um ritual chamado *Magi a Samba*, em que lançou seu filho recém-nascido num caldeirão e com um pilão esmagou a criança até reduzi-la a uma pasta, a qual acrescentou algumas ervas e raízes. Este unguento foi passado no corpo dos guerreiros para lhes dar forças mágicas e imortalidade. O bando conclamou Temba Ndumba como líder do bando e passou a seguir severamente as leis *Kijilas*, que significa proibição na língua Kimbundo.

Os Jagas eram nômades e andavam pela África Central pilhando comunidades e aprisionando jovens ainda não iniciados nos ritos de passagem para a vida adulta dos povos Mbundo. Andrew Battell, um comerciante inglês que viveu como refém do bando de Imbe Kalandula durante cerca de 16 meses em 1600-1601, observou que os Imbangalas obtinham novos recrutas quando invadiam uma aldeia e capturavam meninos

<sup>22</sup> BONTINCK, François. «Un mausolée por les Jaga.» *Cahiers d'Etudes Africaines*, v 20, n.79. p. 387-389.,1980.

<sup>23</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Trad. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995. Título original: *Kings and Kinsmen*. Prefácio. P. xiii.

<sup>24</sup> CAVAZZI, op. cit. Vol I. p. 34 e seguintes.

e meninas entre 13 e 14 anos e os criavam como se fossem seus próprios filhos.<sup>25</sup> Viviam em Kilombos, cujo significado aparece nas fontes como acampamento militar, estrutura altamente hierarquizada e protegida por várias paliçadas, que se deslocava conforme as necessidades bélicas do bando.

É importante ressaltar que os Jagas não eram um grupo único e coeso, não formavam um integrado sistema político local. Havia vários bandos de Jagas que se movimentavam e agiam separadamente em diversas rotas, sob o poder exclusivo do chefe de cada Kilombo.

Miller estudou a sociedade Imbangala descendente do bando de Kulaxingo, identificado como o poderoso Jaga Kazanje da documentação do século XVII, e percebeu que o assassinato de crianças, representado pelo ritual *Magi a Samba*, era uma forma de romper os laços de linhagem que dominavam a sociedade Mbundo. Da mesma forma, o rapto de jovens não iniciados servia a este propósito de desprender-se das regras e costumes do grupo de origem e prestar obediência exclusiva ao chefe do Kilombo e não mais aos mais velhos da linhagem e aos detentores das insígnias de poder onde nasceram. Assim os Imbangalas conseguiram se libertar das linhagens, tão importantes no universo Mbundo daquele tempo, e fundar uma nova sociedade com rituais

próprios de iniciação e de entronização do poder, em que a obediência ao chefe do Kilombo e a guerra eram elementos fundamentais.

### **Aliança Imbangalas- Portugueses: mercenários para o tráfico de escravos**

Enquanto os bandos Imbangalas destruíam povoados, desorganizavam a produção agrícola, pilhavam os bens e seqüestram os membros das comunidades, os portugueses prosseguiram com a guerra pelo interior de Angola, construindo fortificações ao longo do rio Kwanza e organizando feiras a fim de aumentar o volume do tráfico de escravos. Juntos formaram uma lucrativa e violenta parceria que provocou grande despoamento da região de Angola. Parreira calculou que, entre os anos 1600-1641, em torno de 72.500 escravos foram exportados de Luanda, com destino prioritário as Índias e a América espanhola.<sup>26</sup> Os escravos eram comprados em feiras, pagos pelos sobas vassallos em forma de tributos e principalmente obtidos na guerra, em que a ação dos Jagas era decisiva.

Nos registros de Battell, conta-se que em 1600, mercadores vindos de Luanda estabeleceram contatos com os

<sup>25</sup> RAVENSTEIN, E (ORG.) *The strange adventures of Andrew Battel pf Leigh in Angola and the Adjoining regions*. London: The Hakluyt Society, 1901. p. 84-83. Nas páginas 32-33, Battell extende a idade dos jovens cativos de 10 a 20 anos.

<sup>26</sup> PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade na época da Rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa: Editora Estampa, 1997. Parreira se baseou nos dados de JADIN, L. *L'Ancien Congo et l'Angola, 1639-1655, d'après les Archives Romaines, Portugaises, Néerlandaises et Espagnoles*. Vol. I-III. Bruxelles: Institut Historique Belge de Rome, 1975.



Imbangalas perto do porto de Benguela, onde os chamados Jagas haviam destruído grande parte do reino e feito muitos cativos, que lotaram os navios portugueses<sup>27</sup>. Por volta de 1607, o reino de Benguela foi efetivamente destruído pelos Imbangalas e as terras do poderoso Kafuxe foram pilhadas, o que serviu para abastecer o recém fundado presídio de Cambambe com muitos escravos.

No princípio do século XVII, os governadores abandonaram a idéia de fazer de Angola um entreposto comercial e adotaram uma política de agressão militar contra os centro-africanos. A guerra foi um investimento muito presente no orçamento colonial, não obstante a orientação do rei Felipe III da Espanha (Felipe II de Portugal), que preocupado com os altos custos da guerra, mandou os governadores não se envolverem em atritos e se focarem mais no comércio. A Coroa acreditava que o controle do comércio de escravos, mais do que a guerra, tornaria a colônia sustentável e seria a razão da colonização, de caráter pacífico e pagável.

O Governador Manuel Pereira Forjaz (1607-1611) ilustra bem o descompasso entre ordem metropolitana e política colonial para o enriquecimento pessoal. Forjaz recebeu instruções para implementar um governo de “*paz e justiça*” através da diplomacia<sup>28</sup>. Para compensar

as perdas das guerras, o rei estimulava a agricultura comercial como açúcar ou a pesca das conchas *nzimbu*, usado como moeda no Congo. As ordens régias não foram cumpridas, ao contrário, o governador articulou uma extensa rede comercial que envolvia a guerra para aprisionamento e venda de escravos, o que lhe rendia altos lucros. Pereira Forjaz conectou o comércio de escravos e marfim passando por Mpumbu (nordeste do Congo), pelo porto de Mpinda (Loango) e por Benguela (ao sul). Fortaleceu Cambambe como centro comercial, de onde se podia abrir e explorar novas rotas comerciais para o leste, “*até sonhando em alcançar Moçambique na outra costa*”.<sup>29</sup> Assim ações militares passam a assumir a primeira importância nos planos governamentais. O governo passou a incentivar os ataques Imbangalas a povoados, de onde saíam grande parte dos homens e mulheres exportados como escravos.

Seu sucessor, Bento Banha Cardoso, assumiu como governador interino em 1611 e foi o primeiro a formalizar a aliança com os Imbangalas, inaugurando uma política de guerra. Banha Cardoso era um soldado veterano que estava em Angola desde 1592 e sua proeminência no campo militar levou a intensificação das guerras.

<sup>27</sup> RAVENSTEIN. Op. cit., p.16-21.

<sup>28</sup> Regimento a Manuel Pereira Forjaz, 26/3/1607. BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana* (MMA). Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952. Vol. 5: 270. A mesma idéia foi repetida nos regimentos passados a governadores posteriores.

Regimento de 22/9/1611, que se supões ser dirigido a Francisco Correia da Silva, nunca foi a Angola, BRÁSIO 6:21-39; e Regimento a João Correia de Soua, 3/9/1616, BRÁSIO 6:257-9.

<sup>29</sup> *Catálogo dos governadores de Angola*. Em CORREIA, Elias Alexandre da Silva. *História de Angola*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1937. 2v. Vol I, p. 221.

Banha Cardoso atacou o soba Xilonga do Lukala, formalmente vassalo dos portugueses, alegando que este se tornara desobediente e bloqueara o comércio; ergueu forte de Hango nas terras de Hango a Kikaito, líder da facção norte do Ndongo; ordenou uma campanha ao longo do Kwanza, a leste do forte de Cambambe, atacando as terras de Dembo a Pebo e Pungo a Ndongo na província do Hari.<sup>30</sup>

Banha Cardoso, por descumprir as ordens régias que requeriam governos pacíficos, teve que justificar seus atos bélicos perante a Coroa em 1615, quando foi deposto do cargo. O governador interino argumentou que “*levou a guerra a grandes escalas para trazer vassalos desobedientes novamente ao controle português e reabrir as rotas para o comércio*”.<sup>31</sup> Alegou que havia trazido mais de 80 sobas para o controle português, garantindo tributos em escravos e assim, a continuidade dos mercados. Ele assinalou que não apenas adquiriu escravos pela guerra, mas que também impôs tributos em escravos as novas terras anexas.<sup>32</sup>

Devido aos sucessos de suas campanhas militares, a Coroa fez “vistas grossas” as violações das instruções reais e

decidiu apoiar as guerras em Angola. Banha Cardoso permanece como homem de frente das guerras portuguesas em Angola nos mandatos seguintes e no governo de Fernão de Souza (1624-1630) ocupou o posto de capitão-mor.

A Coroa escolheu o fundador do forte de Cambambe, Manuel Cerveira Pereira, para governar, dirigindo as guerras iniciadas por Banha. Ele foi enviado a Benguela para estabelecer ali um novo reino e conseguir mais escravos para a Coroa.<sup>33</sup>

Com a ajuda dos Kilombos Imbangalas, Cerveira Pereira lançou uma violenta campanha contra Kakulu Ka Hango. Após esta guerra, suas forças dirigiram-se para o nordeste, em direção ao vale do Zenza, onde pilharam os chefes independentes Ndembos.<sup>34</sup> Os lucros da venda de escravos obtidos nesta guerra aumentaram os cofres para a conquista de Benguela e para o próprio enriquecimento do governador.

Cerveira Pereira, ao se estabelecer em Benguela, não conseguiu firmar uma aliança com os bandos Imbagalas do sul pois, de acordo com os estudos de Miller<sup>35</sup>, a instituição do Kilombo teria surgido entre os Ovimbundos desta região, e sendo assim, estes povos estavam mais estruturados ali e não precisavam buscar aliados externos para enfrentarem a população local, como acontecia na por-

<sup>30</sup> Devassa de Bento Banha Cardoso, 21/8/1615. Arquivo Histórico Ultramarino, CX. 1, Doc. 40. Cartas de Bento Banha Cardoso. 28/6/1614. BRÁSIO 6: 178.

<sup>31</sup> Processos de justificação dos Actos de Bento Banha Cardoso, 31/10/1616. In: FELNER, Angola, p.438.

<sup>32</sup> Processos de justificação dos Actos de Bento Banha Cardoso, 31/10/1616. In: FELNER, Angola, p.438 e CADORNEGA, Vol. I. p.77

<sup>33</sup> Manuel Cerveira Pereira para o rei. 11/3/1612. BRÁSIO 6:77-81.

<sup>34</sup> “Catálogo” In: CORREA. *Historia* I: 224. Luis M. de Vasconcelos ao rei. 28/8/1617. BRÁSIO 6: 238-5.

<sup>35</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco*. p.210.

ção norte do Ndongo, onde atacavam os povos Mbundo<sup>36</sup>. Os Imbangalas do sul recusavam o comércio com os Portugueses como o pagamento de tributos. “*Viviam em abrigos rochosos fortificados, onde armazenavam água e comida para suportar os cercos.*”<sup>37</sup> Os portos de Benguela não passavam de pequenos entrepostos engajados no comércio local de comida.

Após a partida de Cerveira Pereira de Benguela em 1617, a Coroa escolheu Luis Mendes de Vasconcelos para sucedê-lo como governador de Angola, cumprindo mandato até 1621. Vasconcelos foi para Angola com objetivo de regulamentar o tráfico negreiro revertendo para a Coroa os impostos de exportação, porém a necessidade de fortalecer-se militarmente para derrotar Ngola Mbandi fez com que o governador se aliasse aos Imbangalas.

Antes de sua chegada em Angola, Vasconcelos acreditava que escravos poderiam ser gerados por ações militares e chegou a escrever:

*o comércio de escravos, que é tão importante para o tesouro de Sua Majestade, poderia ser escassamente mantido, porque na ordem do tráfico ser satisfatório, é necessário ter as armas em punho.*<sup>38</sup>

Em seu plano inicial, Vasconcelos propunha o uso das táticas tradicionais européias para vencer estas guerras e denunciava o uso de Imbangalas, “ *muito contrários ao serviço de Deus e de Sua Majestade*”, especialmente porque eles tinham sido usados como “*cães ferejadores para injustamente traze-los (as populações locais) como escravos.*” Ele antevia que a estratégia de usar continuamente os Imbangalas “*em algum tempo consumiria os nativos deste reino em um caminho que levaria a despovoamento.*”<sup>39</sup>

Inicialmente contrário aos Imbangalas, percebeu que a extraordinária força militar que eles conseguiam mobilizar rapidamente poderia lhe ser útil para ameaçar o Ngola. A tradição oral recolhida por Miller narra o momento em que Kulaxingo, chefe Imbangala chamado pelos portugueses de Jaga Kasanje, se apresenta ao governador Vasconcelos oferecendo apoio para lutar contra o Ngola: explicou que o régulo tinha construído uma fortaleza mágica que os portugueses eram incapazes de atingir e assim o governador precisaria das armas mágicas do dito Jaga<sup>40</sup>. Esta narrativa reforça a crença dos Imbangalas de que a sorte na guerra dependia também da manipulação de apetrechos mágicos.

Os portugueses tentavam penetrar no reino do Ndongo e ampliar as redes

<sup>36</sup> Representação a Manuel Cerveira Pereira. 2/7/1618. BRÁSIO 6: 315-19.

<sup>37</sup> Relação da Costa de Angola e Congo, pelo ex-governador Fernão de Souza, 21/2/1632. BRÁSIO 7:129.

<sup>38</sup> Memorial de Luis Mendes de Vasconcelos, 1616. BRÁSIO 6: 264.

<sup>39</sup> Luiz Mendes de Vasconcelos ao rei. 28/8/1617. BRÁSIO 6: 283-4.

<sup>40</sup> Miller. *Poder político e parentesco*. Os antigos Estados Mbundu em Angola. Trad. Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional. Ministério da Cultura, 1995.p. 196.

do comércio de escravos. Ao transferir o presídio de Hango para Ambaca, região muito próxima a Kabaça, capital do Ndongo, Vasconcelos iniciou uma violenta guerra com Ngola Mbandi, que resultou na prisão da mulher e mãe do rei do Ndongo. Ngola Mbandi abandonou Kabaça e se refugiou numa das ilhas do rio Kwanza chamada Kindonga, onde acabou morrendo. A saída da fortaleza de Ambaca vai ser a principal exigência do Ndongo nos acordos subseqüentes, inclusive o assinado por Nzinga Mbandi na ocasião do seu batismo. Para invadir o Ndongo, Mendes de Vasconcelos recebeu suporte do soba Mubanga “*parente do rei de Angola que deu um portão e entrada para suas terras para a dita conquista*.”<sup>41</sup>

A violência empregada nestas guerras ficou registrada pelo oficial português, Manuel Severim, que narra o ataque ao Sova Gaita, aliado ao Ngola, feito por João Mendes de Vasconcelos, filho do governador, que mandou degolar 94 poderosos, “*com algum escândalo dos naturais*”.<sup>42</sup>

Tanto Miller<sup>43</sup> como Heywood-Thorton<sup>44</sup> acreditam que a chave para o sucesso das forças portuguesas foi a aliança com os bandos Imbangalas. A conquista de Angola não teria se efeti-

vado sem o apoio destes guerreiros. Os governadores lusos exploraram as rivalidades entre facções do norte e do sul no Ndongo, para capturar escravos ao longo dos rios Lukala e Kwanza. No século XVII, a tecnologia militar européia não representava superioridade, ao contrário, eram os Imbangalas e a organização em kilombos que eram decisivos para garantir a vitória.

Em tempos pacíficos, os Imbangalas capturavam os agricultores locais para serem vendidos como escravos e, em tempos de guerra oficialmente declarada, juntavam-se às expedições portuguesas. Havia uma relação de complementaridade entre os interesses Imbangalas e portugueses: enquanto os Imbangalas preferiam guardar os rapazes mais novos ainda não submetidos a circuncisão das linhagens para serem iniciados nos rituais dos Kilombos, os portugueses se interessavam por homens e mulheres adultos para serem escravizados na América. Nos dizeres de Miller:

*Os Imbangalas tornaram-se, assim, a ambivalente pedra basilar que sustentava os dois braços do duplo sistema comercial que atingiu a fase de maturidade durante a primeira parte do século dezassete.*<sup>45</sup>

Em consequência da parceria econômico-militar entre portugueses e Imbangalas, um grande empório de escravos se desenvolveu nas proximidades do Médio Lukala. Como os Imbangalas conseguiam

<sup>41</sup> CADORNEGA. *Op. cit.*, V.I, p. 86.

<sup>42</sup> Relação de Manuel de Faria 1 de fevereiro de 1620 Em: CADORNEGA. *Op. cit.*, V. I, p. 88.

<sup>43</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco*. p.197.

<sup>44</sup> HEYWOOD, Linda M. e THORNTON, John. *Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 114.

<sup>45</sup> MILLER. *Poder político e parentesco*.p. 195.

capturar mais escravos do que era absorvido pelos canais oficiais do governo, paralelamente desenvolveu-se um sistema ilegal do tráfico. A aliança entre o governo português e Imbangalas gerou uma contradição no sistema colonial, pois muitos sobas invadidos pelos bandos guerreiros ficavam incapacitados de fornecerem o tributo em escravos exigidos pela coroa.

Rebello de Aragão, enviado por Felipe III em 1618 para avaliar a posição de seu exército em Angola, deu parecer de que, inicialmente, tal aliança foi fundamental para a colônia e para o estabelecimento do tráfico negreiro, porém os Imbangalas tornaram-se arrogantes e começaram a desviar escravos que deveriam ter ido para a alfândega real em Luanda. O emissário atribuía a culpa do tráfico ilegal não apenas aos africanos, mas também aos oficiais portugueses que encorajavam o rapto da população local.<sup>46</sup> Os reis Imbangalas eram tratados com grande dignidade pelos oficiais lusos. A relação de Garcia Mendes Castelo Branco argumentava que o rei português deveria oferecer três tonéis de vinho por ano aos Imbangalas para garantir sua lealdade e o lucrativo tráfico de escravos que eles proporcionavam.<sup>47</sup>

Contudo, as alianças com os Imbangalas eram sempre flutuantes e eram guiadas mais por seus interesses que por laços de fidelidades. Em diversos mo-

mentos, os mesmos reis Imbangalas que serviam aos portugueses os atacavam em batalhas posteriores. O próprio Jaga Kasanje, que ajudou o ataque ao Ndongo em 1617, após a invasão, se recusa a sair das terras pleiteadas e passou a ser considerado um dos principais inimigos dos portugueses.

Cadornega narra episódios em que os ditos Jagas acompanhavam os exércitos portugueses. Em sua narrativa cronologicamente confusa, registra o momento que os Jagas Caza e Donga abandonam os portugueses e passam a lutar em função da Rainha Nzinga:

*Nesta ocasião do Cerco da Fortaleza de nossa Senhora da Asumção da Embaca acompanhou também o tenente General o Jaga Donga com seu Quilombo o qual servia debaixo de nossas bandeiras, como o fazia também como dito he o Jaga Caza, o qual, tendo-nos assistido à Conquista do Dongo com o Governador e Capitão geral, se rebelou o que obrigou ao Governador estando já de convalescença de seus achaques a tornar á Conquista a dar as ordens necessárias por ser cauza de muita importância o afastarse-nos este poderoso Jaga e também se havia rebelado outro Jaga por nome Caza.<sup>48</sup>*

Miller acredita que os Imbangalas rejeitaram “o papel de mercenários empregados exclusivamente pelo governador de Angola e tinha voltado ao seu papel original, como agentes de comerciantes privados.”<sup>49</sup>

<sup>46</sup> Rebello de Aragão. *Relação*. In: CORDEIRO, Luciano. *Viagens, explorações e conquistas dos Portugueses. Coleção de documentos*. Lisboa, 1881.

<sup>47</sup> Relação de Garcia Mendes de Castelo Branco. Ajuda, 16 de Janeiro de 1620. In: Brásio. 6: 446-452.

<sup>48</sup> CADORNEGA. *História Geral das Guerras Angolanas*. Vol. I. p. 90.

<sup>49</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco*. p.196.

## O Golpe de Fernão de Souza contra Nzinga

A Coroa mandou, em 1624, Fernão de Souza para o governo de Angola, com instruções para estabilizar o país e reverter os lucros da colonização para a Coroa, sendo estes, preferencialmente, obtidos pelo comércio e não pela guerra. As instruções chamavam atenção para uma maior sistematização da taxaçoão dos sobas e dos demais impostos. Seu primeiro passo foi estabelecer as feiras em locais estratégicos em parceria com os sobas. As feiras mais importantes estavam localizadas em Bumba a Kizanzo, perto de Ambaca, em Kakulu Ka Kabasa no Zenza e em Mbwila, na fronteira com o Congo, na região dos Ndembus. Os escravos chegavam a Luanda vindos do interior. Apesar das suas instruções, Fernão de Souza achou o comércio pacífico menos atrativo que a guerra, pois o Ndongo atravessava um momento de instabilidade política: Ngola Mbandi havia morrido em Kindonga e seu filho herdeiro, ainda menor, fora confiado ao Jaga Caza. Nzinga Mbandi teria se unido a Caza e matado o sobrinho para ascender ao trono.

Heintze encontrou na Biblioteca de Ajuda o vasto *corpus* documental deixado por Fernão de Souza, entre cartas para amigos e parentes, instruções reais, relatórios administrativos e publicou esta documentação em dois volumes.<sup>50</sup> Entretanto, o acesso a estas publicações

<sup>50</sup> HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a História de Angola no século XVII*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag Wiesbaden, 1985. 2 volumes.

é ainda limitado, não havendo exemplares disponíveis no Brasil. Em seu livro *Angola nos séculos XVI e XVII*<sup>51</sup> Heintze nos repassa os pormenores que as cartas de Fernão de Souza revela sobre a sucessão de Ngola Mbandi em 1624, episódio ainda obscuro da História do Ndongo. As primeiras cartas do governador relatam que Ngola Mbandi teria se suicidado, versão corroborada por Cadornega<sup>52</sup>.

Durante o governo de Fernão de Souza, Nzinga impede que as feiras de escravos ocorram em seu território e passa a ser considerada a “*capital inimiga dos portugueses*” em Angola<sup>53</sup>. Por isso o governador tenta “envenenar” sua personalidade, afirmando em cartas subsequentes, que a morte do Ngola teria sido arquitetada por Nzinga como uma tentativa ambiciosa de chegar ao poder. Os documentos do governador revelam que o assassinato de Ngola Mbandi foi uma criação portuguesa para incriminar Nzinga e legitimar sua destituição do trono. Esta reflexão muito nos interessa, pois as a historiografia perpetuou a idéia plantada por Fernão de Souza, de que Nzinga teria assassinado seu irmão. E é a personalidade sanguinária de Nzinga que teria justificado o golpe político que este governador empreitou no reino do Ndongo no ano de 1626.

<sup>51</sup> HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII* - estudos sobre fontes, métodos e história. Trad. de Marina Santos. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007. Parte I. Capítulo 2: “As fontes escritas e a História de África: uma defesa das fontes primárias. A Coletânea Documental de Fernão de Souza sobre Angola.” Pp. 67-94.

<sup>52</sup> CADORNEGA. *Op. cit.* p.124.

<sup>53</sup> CADORNEGA. *Op. cit.* p. 130.

Desde o início de seu mandato, Fernão de Souza queria regularizar as relações portuguesas no Ndongo através do mercado de Kisala. Nzinga escreve para ele como regente do Ndongo, exigindo como condição para abrir o mercado, a transferência do presídio de Ambaca, que já havia sido por duas vezes negociado com governadores passados.<sup>54</sup> O governador aceitou a condição, mas agiu em caminho contrário e ao invés de sair de Ambaca, fortaleceu a feira ali existente e ainda se recusou a libertar os *Kijicos*<sup>55</sup>, condição exigida pela rainha. Ao mesmo tempo em que escravos dos portugueses fugiam para as fileiras de Nzinga, Fernão de Souza ampliava o comércio em Ambaca e exigia que Nzinga devolvesse os fugitivos. Estes escravos fugidos, em sua maioria, chamados *Kimbares*, eram treinados militarmente e sua fuga representava grande perda para os exércitos portugueses e incremento do exército de Nzinga.

Fernão de Souza usou como pretexto a morte do herdeiro de Ngola Mbandi para legitimar o ataque ao Ndongo, reforçando militarmente o forte de Ambaca e ordenando aos sobas vassallos dos portugueses a ruptura de todas as relações com Nzinga. Ele então, persuadiu Hari

a Kiluanji, senhor de Ndambi a Hari, na província de Hari, a visitar Ambaca para declará-lo rei do Ndongo em Outubro de 1626.<sup>56</sup> A escolha de Hari a Kiluanji não foi fortuita. Este era descendente de grandes nobres do Ndongo e suas origens apontavam para o primeiro Ngola. Para Hari a Kiluanji, a aliança com os portugueses representava uma oportunidade de recuperar o trono do Ndongo de uma linhagem rival, a de Nzinga Ngola Kilombo Kia Kasenda (c.1575-1592), tido nas tradições orais como um usurpador, da qual descendia tanto Ngola Mbandi como Nzinga Mbandi. Os portugueses transferiram o título central para outro grupo de linhagens, detentoras do Hari a Kiluanje, “*uma posição ngola senior numa linha colateral, uma posição “irmão” do ngola a kiluanje*”.<sup>57</sup>

Hari a Kiluanji já havia prometido vassalagem a Mendes de Vasconcelos, confirmada no governo de João Correia de Souza e aparecia como um excelente candidato aos planos de Fernão de Souza para fazer guerra a Nzinga e trazer o Ndongo para o controle português. O sucesso deste plano permitiria estabelecer um governo em que os Portugueses poderiam explorar o comércio, obter receitas, difundir o cristianismo e ganhar mais apoio militar.<sup>58</sup>

<sup>54</sup> Fernão de Souza para o governo, 15/8/1624. In HEINTZE. *Fontes para a história de Angola...* Vol.2, pp.85. Citado em HEYWOOD e THORTHON. *Central Africans...* p. 128.

<sup>55</sup> *Kijicos* eram os “escravos” oficiais do Ngola que compunham a classe administrativa e dessa forma não podiam ser vendidos. A devolução dos *Kijicos* capturados na guerra movida por Luiz Mendes de Vasconcelos era também uma exigência recorrente nos acordos de paz.

<sup>56</sup> Fernão de Souza para seus filhos, c. 1630. In HEINTZE, *Fontes para a história de Angola*. Vol. I, p. 230. Citado em THORTHON. *Central Africans...* p. 129.

<sup>57</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco*. p. 84.

<sup>58</sup> “Regimento a Bento Banha Cardoso, Janeiro de 1626.” In HEINTZE. *Op. cit.* vol.I. p.204-5. e “Relação do Dongo.” Idem. p. 199-200. Citados em THORTHON. *Central Africans...* p. 130.

O plano de instalar um “rei fantoche” já havia sido arquitetado no governo de Mendes de Vasconcelos, que quis instituir Samba Antumba como rei. Sem sucesso, pois Ngola Mbandi ainda estava vivo e o povo do Ndongo não aceitaria um governante que não descendesse dos antigos Ngolas.

Apesar da genealogia dar possível legitimidade a Hari a Kiluanje, os detentores desta posição nunca exerceram influências políticas e os Mbundo nunca os reconheceram como herdeiros do título Ngola. Muitos sobas revoltam-se com o poder dado a Hari a Kiluanje, visto como incapaz de garantir a ordem e de fazer chover (proeminência do Ngola) e passam a apoiar Nzinga na luta contra Portugal.

Hari a Kiluanji morreu logo acomedido por bexigas e assumiu o trono seu irmão, Ngola Hari, senhor das Pedras de Mapungo, que passou a se chamar Dom Felipe, em homenagem ao rei da União Ibérica. Ngola Hari se comprometeu a pagar anualmente cem cabeças de escravos como tributo a Coroa lusa, que em troca prometia defendê-lo de seus inimigos. Este golpe é uma tentativa portuguesa de alterar as dinâmicas políticas tradicionais, forjando reis que lhe seriam mais favoráveis.

### **Nzinga, Tembanza do Kilombo**

Nzinga Mbandi jamais aceitou perder o trono do Ndongo e se fortalece militarmente para combater os portugueses e garantir seus direitos e a soberania de

seu povo. Para fazer frente ao poder lusitano, Nzinga mobilizou muitos sobas nas adjacências do rio Kwanza, alguns sobas Ndembu, como era o poderoso Mbwila, os sobas da Quissama sempre hostis aos portugueses. Foi formada uma forte confederação liderada por Nzinga cujo principal objetivo era minar a presença lusa em Angola.

Não se sabe ao certo o momento que Nzinga consagrou sua união com os Imbangalas. Cavazzi diz que, para ter acesso a seu sobrinho herdeiro, fingiu amor ao Jaga Caza, tutor do menor e com ele se casou segundo os ritos daquele povo. Depois do assassinato do sobrinho, Caza fugiu. Seguindo a narrativa, escreve: “*para poder dispor de guerreiros mais aptos a tão grande empreendimento, abraçou a seita dos Jagas e tornou-se chefe da mesma.*”<sup>59</sup> Heywood-Thorthon, com base nos documentos de Fernão de Souza, afirma que ela teria aceito “*a humilhante posição de mulher de Kasanje*”<sup>60</sup> e desta relação teria se tornado uma Imbangala engajada em seguir as leis deste bando. O ponto passivo é que rainha Nzinga assumiu a liderança de um ou mais bandos Imbangalas e passou a comandá-los política e militarmente na luta contra os Portugueses.

As tradições dos Imbangalas recolhidas por Miller mostram que o Jaga Caza se deslocou para a Baixa do Casanje onde desempenhou um importante papel na fundação do estado de

<sup>59</sup> CAVAZZI. Op. cit. Vol.II. p. 71-2.

<sup>60</sup> HEYWOOD, L. e THORTHON, J. *Central Africans*. p.133.



Kasanje.<sup>61</sup> Nzinga, para complementar sua posição de Ngola Kiluanji, teria realizado um “casamento simbólico” com Caza, que lhe deu a posição de *Tembanza* (primeira mulher) do chefe do Kilombo. Trata-se de um papel crucial nos ritos do Kilombo, em que a *Tembanza* é a herdeira das funções de Temba Ndumba, sendo responsável pela preparação do *Magi a Samba*. Nzinga incorpora as leis *Kijila* e torna-se rígida no seu cumprimento, proibindo a procriação no interior do seu Kilombo e realizando os rituais típicos dos Imbangalas.

Com o cargo de *Tembanza*, Nzinga assegurou sua liderança sobre um expressivo bando guerreiro, “o que restava dos Imbangalas do Kulaxingo, após sua dispersão cerca de 1619”<sup>62</sup>, e também lhe garantiu influência sobre outros bandos de Jagas. A aliança com os Imbangalas servia a um objetivo estratégico pois lhe fornecia um refúgio seguro próximo dos Imbangalas localizados ao sul do rio Kwanza. Sempre que a pressão portuguesa aumentava, Nzinga e seus bandos se escondiam na ilha de Kindonga, onde haviam construído fortificações e usavam os braços do rio Kwanza para se proteger e movimentar.<sup>63</sup>

Foram várias as batalhas de Nzinga, na liderança dos Kilombos, contra a obstinada perseguição de Fernão de Souza, cujo objetivo principal passou a ser capturar a rainha. Utilizamos aqui a

*História Geral das Guerras Angolanas*, do capitão Cadornega como fonte histórica privilegiada para os episódios militares. Apesar de ter chegado em Angola somente em 1640, Cadornega se propõe a narrar os avanços da conquista lusa e registrar os juízos e sentimentos que os portugueses tinham dos africanos. Optamos por preservar as palavras do autor .

Ainda em 1626, os Portugueses apoiado pelas tropas de Hari, tentaram invadir a ilha de Kindonga.

*Deste sitio e alojamento marchou o Capitao mor em demanda das Ilhas de Quindonga onde a Rainha Ginga estava fortificada, assistida de muitos Jagas, como era Caza e Caiete, que aquella astucioza Rainha com seus ardis e industria se havia assenhoreado delles e de seus Quilombos.*<sup>64</sup>

Ataques surpresas às tropas portuguesas também fazia parte do rol de estratégias de Nzinga para se defender. Em junho de 1626, Banha Cardoso aloja seu exercito na outra banda do Kwanza, esperando invadir Kindonga e Nzinga, vendo que os portugueses se aproximavam, mandou aos seus melhores capitães que atravessassem aqueles braços de rio em canoas, balsas e jangadas. Ordenou que entrassem a noite nos alojamentos portugueses, queimando tudo e desprendendo as lanchas que estavam armadas. Quando os portugueses finalmente entraram na ilha de Kindonga, degolando e aprisionando muita gente, a rainha

<sup>61</sup> MILLER, J. *Poder político e parentesco*. p.217.

<sup>62</sup> Idem. p.217.

<sup>63</sup> CADORNEGA. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa, 1972. Vol.I. p. 130.

<sup>64</sup> CADORNEGA. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa, 1972. Vol.I. p. 130.

não fora capturada. Ela se movera rapidamente pelas diversas ilhas do Kwanza, enganando os exércitos lusitanos. As vitórias portuguesas não conseguiam produzir efeitos duradouros em termos de conquista política, mas cada ataque resultava em muitos escravos aprisionados, produzindo altos lucros no mercado.

A batalha na ilha de Mapolo, em 12 de junho de 1626, revela a astúcia da rainha Nzinga para se livrar do cerco empreendido pelo Capitão mor Bento Banha Cardoso:

*veyo só a ficar por render a Ilha em que estava a Rainha Ginga Dona Anna de Souza com sua Corte e do melhor que possuía; vendose Ella abarbadá mandou seus Embaixadores ao Capitão mor, pedindo-lhe a não apertasse tanto, que bastava o damno e guerra que lhe tinha feito nas mais ilhas, que **Ella queria ser filha de Maniputo e sua Vassalla** que dentro em tres dias viria em pessoa com sua Corte ao Arrayal (...)*<sup>65</sup>

Maniputo era a forma como os Mbundos chamavam o rei de Portugal, assim a rainha negociava sua vassalagem em troca de sua liberdade. Mas a trégua requerida era apenas uma artimanha para que Nzinga conseguisse fugir com seus guerreiros:

*Havendo o nosso Conquistador esperado os tres dias aplacados, e vendo não vinha a Rainha nem recado seu para a mandar passar nas suas embarcações, entendeo que fora estrategema a tregoa dos tres dias que havia pedido e mandado reconhecer a Ilha a acharão*

*dezerta, e a Rainha fugida com um inumerável gentio que tinha.*<sup>66</sup>

Cavazzi, provavelmente a partir dos relatos de Nzinga na década de 1660, registrou a consulta que, nesta batalha, Nzinga faz o Xinguila de Ngola Mbandi. Segundo este autor, Nzinga governava assessorada por dois conselhos: um secular, formado por macotas e outro espiritual, formado por Xinguilas, médiuns que recebiam os espíritos de antepassados, como era o de Ngola Mbandi. O espírito do irmão a orientava: “*render-se aos portugueses significaria a perda da liberdade. Não era indigno dela fugir naquela conjuntura, para combater e vencer o inimigo em condições mais favoráveis.*”<sup>67</sup> Nzinga fugiu para a província de Hango, “*iludindo os inimigos.*”

O governo português, ofendido pela ação inesperada, mobilizou grandes tropas para ir em busca de Nzinga. E nas diversas fugas, foram várias as estratégias utilizadas para evitar seu aprisionamento. Na fuga de 28 de maio de 1629, a rainha e seu bando foram cercados pelo exército luso e corriam em direção a um desfiladeiro. Vendo-se acuada na beira do precipício, Nzinga desceu pendurada em fortes cipós, na língua Kimbundo chamados de *Engungo*. Este episódio ficou conhecido como a fuga da *Quina Quineni* (grande concavidade, em quimbundo). Em outros momentos, a rainha ordenou que fossem abandonados escravos e prisio-

<sup>65</sup> Idem. Vol.I. p. 137. grifo nosso

<sup>66</sup> Idem.Vol.I p. 139.

<sup>67</sup> CAVAZZI. Vol. II. p. 78.

neiros portugueses durante a fuga a fim de que as tropas que iam a sua procura perdessem tempo resgatando-os.

Fortalecida pelos exércitos Imbangalas, Nzinga invadiu a província do Hari, impedindo o avanço da conquistas e desarticulando as feiras em Pungo a Ndongo. O governo português financiava Ngola Hari na luta contra Nzinga para mantê-la ocupada, enquanto desenvolvia o tráfico em outras partes do território. Mas Nzinga conseguiu estabelecer suas tropas de forma a impedir a comunicação entre Ngola Hari e o governo português em Luanda. Este então tenta novos tratados de paz, com a promessa de devolver as províncias injustamente tomadas e de ajudá-la contra seus inimigos, sob a condição de ela reconhecer estes favores com um tributo anual. Cavazzi registrou o episódio segundo o que a própria Nzinga lhe narrou anos depois:

*Alterou-se extremamente a feroz rainha com estas propostas, julgando que era grave afronta pretender homenagem duma soberana independente e absoluta. Respondeu, por conseguinte, que tais pretensões deviam ser feitas a um vencido desanimado e não a quem tinha por si todos os direitos e a coragem para sustentá-los.*<sup>68</sup>

Juntamente com o Jaga Kasanje, marcharam em direção ao norte ao longo da costa ocidental do Kongo. Com força militar ampliada pelo bando de Kasanje, retomou as ilhas de Kindonga.

Por volta de 1630, Nzinga conquista o Reino de Matamba, evocada como terras de seus ancestrais, tradicionalmente governada por mulheres. Matamba havia sido dominada pelos portugueses no governo de Luis Mendes de Vasconcelos (1617 - 1620), que após quatro anos de violentos conflitos e de grande resistências, submeteram Mulundo Acambolo, rainha daquele reino. Nzinga expulsou os portugueses de Matamba e se fortaleceu ainda mais como grande líder da região central, encabeçando dezenas de Kilombos. Passa a ser vista como guerreira imortal e hábil feiticeira, capaz de manipular forças mágicas nas batalhas. Segundo Cavazzi<sup>69</sup>, o Jaga Kasanje, diante dos êxitos de Nzinga em Matamba, também invade este reino, inaugurando uma guerra contra sua ex-aliada. É fácil notar a instabilidade das alianças que se formavam em torno mais de interesses remotos do que por princípios políticos e ideológicos.

Rainha Nzinga seguia com atenção os costumes Jagas, o que é bem representado na vitória obtida em 1644, durante o governo de Pedro César de Menezes. O conflito se iniciou quando homens do Soba Angolomen Acaita fizeram assaltos aos aliados portugueses na fortaleza de Ambaca. Este soba vivia escondido em concavidades naturais chamadas *Empures*, que lhe serviam de proteção, há uma distância de 4 dias da fortaleza de Ambaca. O governador mandou que fossem em busca deste soba para retaliá-lo,

<sup>68</sup> CAVAZZI. Op. cit. Vol.II. p. 77.

<sup>69</sup> Idem. Vol.II. p.79-81.

nomeando capitães e dois *cangoandas*<sup>70</sup>, Ambrozio Fernandes e Manoel Alvres Casangi, para este ataque, juntamente com *quilambas*<sup>71</sup> da guerra preta e o Kilombo do Jaga Cabucu Candonga, que estava a serviço dos portugueses. Em apuros, o Soba mandou *Mucunzes* (embaixadores) ao Kilombo da Rainha Nzinga “*que lhe pedia como sua Senhora que era os amparasse e socorresse com brevidade*”<sup>72</sup>. A rainha prontamente mandou os seus melhores homens de guerra, acompanhados pelo seu capitão Ginga Amona aos Empures para socorrer aquele Soba que lhe tinha como soberana. Quando estes chegaram, a guerra preta e a maior parte do bando de Jaga Cabucu estavam em busca de alimento. Os guerreiros da rainha fizeram grande destruição, “*matando a Cutello ou Maxadinha*”, excedendo a ordem dada pela rainha que era de se aprisionar vivos o Capitão mor e Cabos da guerra preta. Levaram a ela o Capitão dos Crioulos, Ambrozio Fernandes, e

*viendo ella ser de Côres pardo, a que ella a todos deste gênero reputava por suas peças, dizendo serem filhos de suas Escravas, lhe mandou acabar a vida, que já vinha para isso esvaído de sangue das muitas feridas, mandando-lhe cortar a Cabeça.*<sup>73</sup>

<sup>70</sup> Cangoandas é o nome dado aos crioulos, de São Tomé e da terra, “vestidos á Portuguesa” que lutavam em favor dos lusitanos. CADORNEGA. Vol. I. p. 346.

<sup>71</sup> Quilambas eram negros treinados militarmente que compunham a guerra preta. CADORNEGA. *Passim*.

<sup>72</sup> CADORNEGA. Vol. I. p. 349.

<sup>73</sup> CADORNEGA. Vol.I. p.352.

A Rainha Nzinga poupou a vida do Padre Capelão Jeronimo de Sequeira, chamado o Pato, e de dois homens brancos: um Alferes por nome Jorge de Queiroz e outro um Mancebo criado do capitão mor, e de mais quatro homens pardos soldados.

*Ao Jaga Cabucu com sua mulher, chamada Coanza, também concedeu a vida por serem Senhores de Quilombo, e haver pacto entre os Jagas darem aos fidalgos Senhores de Quilombo boa passagem e quartel, tendo entre elles sobre isso tomado juramento a seu modo, e como ella uzava todos os ritos e Ceremonias Jagas e disse muito se prezava, observava grandemente os seus costumes*<sup>74</sup>;

Alguns Sobas que acompanhavam os portugueses também foram aprisionados e se desculpavam alegando que o faziam “*mais por força que por vontade*”. Entre eles estava Dom João Guterres Angola Canini, Soba da Lotação da capitania de Ambaca, a quem estava consignado o serviço e a fábrica da Igreja da Nossa Senhora de Assumpção daquele Presídio. Este fidalgo era parente próximo da Rainha Nzinga, ao qual no princípio se mostrou áspera por ele andar em serviço de *Muene Puto*; “*mas como o Sangue não se quer rogado*”, logo em seguida a rainha lhe deu o melhor lugar e Cargo de sua Corte, o de *Muene Lumbo*, que é o guardião da Casa Real e das coisas mais preciosas da soberana.

Esta passagem revela como Nzinga

<sup>74</sup> CADORNEGA. Vol. I. p. 352-353.

ga seguia firmemente os costumes e juramentos Jagas. É interessante reparar o tratamento dado aos prisioneiros de guerra, diferente daquele dado pelos portugueses. Canini, de traidor da estirpe real a que pertencia, passa a ocupar um dos principais cargos no Kilombo da rainha.

A invasão holandesa em Angola (1641-1648) aquece o cenário de guerra. Nzinga apóia os flamengos para minar a presença lusa na região, desenvolvendo uma rota alternativa do comércio de escravos, passando por Matamba. Nzinga fornecia “peças da índia” em troca de armas de fogo européias. Os Estados de Matamba e Kasanje vão se destacar na década de 1640 como grande exportadores de escravos e juntamente com os holandeses vão impedir o abastecimento de escravos nas partes controladas pelos portugueses, refugiados no forte de Mas-sangano.

Nzinga Mbandi viveu por muitos anos seguindo os ritos e leis Jagas, sendo a inimiga portuguesa mais combativa e combatida em Angola. Muitas foram também as estratégias dos portugueses para enfraquecê-la, como o seqüestro de suas irmãs. Um delas, Kifungi, foi morta acusada de espionagem, e a outra, Mocambo, ficou como refém entre 1646 e 1656 em Luanda. O resgate de Mocambo foi usado como arma política para negociar a paz em Matamba e uma forma dos governadores portugueses conseguirem mais escravos. O retorno de Nzinga ao catolicismo sempre foi colocado como uma condição *sine qua non* para a paz.

Marina de Mello e Souza analisou o trabalho dos Capuchinhos italianos na “reconversão” desta soberana, realizada pelas mãos do padre Gaeta. No entender desta autora, para os portugueses o retorno ao catolicismo representou mais um passo para o controle sobre o comércio com o interior e sobre os habitantes da região<sup>75</sup>.

A confissão de Nzinga ao padre Gaeta, foi assim registrada:

*Padre Sacerdote de Deus, sabes que há muito tempo que eu desejei viver quieta e em paz no meu Reino, mas os portugueses até agora não me permitiram, porque depois de haverem me expulsado do meu reino de Angola, e do Dongo, que usurparam com a força, me constrangeram a estar sempre em campanha com as armas nas mãos, para me defender deles, e esquecia de ser cristã, a retornar por desespero a infidelidade a vida dos Jagas.*<sup>76</sup>

Nzinga culpa os portugueses pelas tantas guerras que se envolveu, e no final da vida diz estar arrependida das “idolatrias” praticadas e retorna ao cristianismo como “filha devota”, chega até a escrever ao Papa Alexandre VII em 1662<sup>77</sup> pedindo indulgências e um crucifixo. Promete liberar o nascimento de

<sup>75</sup> SOUZA, Marina de Mello e. A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo. África Central, século XVII, em *Marlyse Meyer nos caminhos do imaginário*, orgs. PIREZ, Jerusa Ferreira e ÁREAS, Vilma. São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 153-182.

<sup>76</sup> GIOIA DA NAPOLI, Frei. La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristi della Regina Sina e del suo regno di Matamba (1669). Napóles, 1669.p.100. Tradução nossa.

<sup>77</sup> Carta da rainha Jinga ao santo padre Alexandre VII. 15/8/1662. In CAVAZZI. *Op.cit.* Documento anexo n.59. p. 343.

crianças em suas terras e abolir as leis dos Jagas.

A paz com os portugueses foi assinada em 1656, no governo de Luis Martins Chichorro, sob a condição da rainha ajudar na conquista da Quissama, ser amiga dos amigos portugueses e inimiga dos inimigos. Nzinga prometeu também entregar o Jaga Kalandula, que estava como seu prisioneiro. O antigo aliado da rainha, que anteriormente servira a Coroa portuguesa, havia destruído algumas propriedades de Nzinga, que em retaliação, negociou sua liberdade. Nzinga jamais aceitou ser tributária dos portugueses e manteve a independência e soberania do seu reino. Marina de Mello e Souza chama atenção de que o acordo de 1656 “foi muito diferente de um tratado de vassalagem, sendo acima de tudo um acordo de paz”<sup>78</sup>.

## Conclusões

A aliança de Nzinga Mbandi com os Imbangalas foi fundamental para garantir a esta rainha o poderio militar na luta contra a invasão portuguesa do Ndongo. Destituída de seu reino, Nzinga busca nos Jagas a força bélica necessária para combater seus inimigos. O treinamento militar e a disciplina que tinham para

com o chefe do Kilombo foram essenciais para fortalecer a luta anti-lusitana.

Ao mesmo tempo, Rainha Nzinga consegue imprimir algum tipo de consciência política aos Jagas. Este povo guerreiro vivia vagando sem se prender a origens linhageiras, roubando comidas e pessoas, atuando para o aumento do tráfico negreiro. Ao colocarem seus Kilombos, “máquinas de guerra”<sup>79</sup>, a disposição da Rainha Nzinga, os Imbangalas passam a compor a frente de resistência diante da ameaça estrangeira.

Atuando como líder Imbangala, Nzinga aumenta sua influência sobre povos de origens variadas. Não apenas o povo de etnia Mbundo passa a lhe reconhecer como sua soberana, mas também todos aqueles que formavam os Kilombos, de múltiplas etnias, incorporados nas invasões Jagas.

Ao grande número de escravos dos portugueses que buscaram refúgio no Kilombo de Nzinga foi permitido trocas de experiências em vários campos (lingüístico, técnicas de guerras, técnicas agrícolas e metalúrgicas<sup>80</sup>), o que permitiu a criação de uma nova etnia: os Gingas. No presente artigo, não coube analisar as fugas e confluências no Kilombo de Nzinga, mas é um interessante tema para estudos futuros.

Nzinga acumulou durante sua vida muitos títulos: nunca abriu mão de ser

<sup>78</sup> SOUZA, Marina de Mello e. *A rainha Jinha de Matamba e o catolicismo (África Central, século XVII)* In: Millán, J. M. e Lourenço, M<sup>a</sup>.P. Marçal. (coords.) *Lãs relaciones discretas entre las monarquias hispana Y portuguesa: Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Vol.III. Madrid: Ediciones Polifemo, 2008.p. 2105.

<sup>79</sup> A idéia do “Kilombo como máquina de guerra” é apresentada por MILLER, J. *Poder político e parentesco*. Cap. VI.

<sup>80</sup> HEINTZE. Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII- estudos sobre fontes, métodos e história*. Trad. de Marina Santos. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007. Capítulo 7.

Ngola Kiluanji, chefe político e militar do reino do Ndongo; aceitou ser a cristã Dona Anna de Souza; recebeu o cargo de *Tembanza*, abraçando os ritos Jagas. A Rainha Nzinga é uma soma de tudo isso, incorporou todos estes títulos em sua personalidade e viveu ambigualmente com todas estas características.

Após seu retorno ao catolicismo, houve um processo de sedentarização dos Imabangalas, também chamado de “ambundização”. Alguma das pessoas que viviam sob seu comando nos Kilombos retornaram a agricultura e voltaram a se fixar no território, abandonando a vida nômade.

Longe de ser uma governante humanitária e boazinha, Nzinga também contribuiu para o tráfico negreiro a partir de Matamba, principalmente durante a ocupação holandesa. Os historiadores atuais devem fazer um grande esforço para evitar romantizar esta personagem, evocada como líder “proto-nacionalista” de Angola. Mas sem dúvida, Nzinga Mbandi é um dos melhores exemplos da resistência africana frente à ocupação européia. Sua personalidade põe abaixo as teorias da passividade autóctone frente à superioridade da civilização branca. Nzinga Mbandi, com todas suas nuances, representa bem a luta do povo de Angola contra as interferências estrangeiras.

### Referências Bibliográficas

BIRMINGHAM, David. The African Response to Early Portuguese Activities in Angola. In: CHILCOTE, Ronald

H. (org.). *Protests and Resistance in Angola and Brazil: Comparative studies*. Berkeley: University of California Press, 1972.

BIRMINGHAM, David. *A conquista de Angola*. Trad. de Altino Ribeiro e Sérgio Moutinho. Porto: A Regra do Jogo, 1974.

BIRMINGHAM, David. The date and the significance of Imbangala Invasion of Angola. *The Journal of African History*, v. 6, n.2, 1965.

BIRMINGHAM, David. *Trade and Conflict in Angola- The Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese 1483-1790*. London : Oxford University Press, 1966.

BONTINCK, François. Un mausolée por les Jaga. *Cahiers d'Etudes Africaines*, v 20, n.3, 1980.

BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

CADORNEGA, *História geral das guerras angolanas*.( 1681). 3 vols. Ed. Anot. Cônego José Mathias Delagdo (vols.1 e 2) e Manuel Alves da Cunha (vol.3). Lisboa, 1972.

CAVAZZI. Giovanni Antonio. *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. 2 volumes. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

- CHILCOTE, Ronald H. (org.). *Protests and Resistance in Angola and Brazil: Comparative studies*. Berkeley: University of California Press, 1972.
- CORDEIRO, Luciano. *Questões Históricas coloniais*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1935. V.1.
- DAPPER, Oliver. *Description de l'Afrique*. Amsterdam, 1686.
- DELGADO, Ralph. *História de Angola*. Lobito, 1948-1955. Vol. III.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque. *Angola. Apontamentos sobre a ocupação o início do estabelecimento dos Portugueses no Congo, Angola e Benguela extraídos de documentos históricos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933.
- FELNER, Luis de Albuquerque.(dir.) *Angola no século XVI*. Comentários de A.L.A. Ferronha. Publicações Alfa Lisboa, 1989.
- GIOIA DA NAPOLI, Frei. *La meravigliosa conversione alla Santa Fede di Cristi della Regina Sina e del suo regno di Matamba* (1669). Napóles, 1669.
- HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola do século XVII. I. Memórias, relações e outros manuscritos da Colectânea Documental de Fernão de Souza (1622-1635)*. Stuttgart, 1985.
- HEINTZE, Beatrix. *Fontes para a história de Angola do século XVII. II. Cartas e documentos oficiais da Colectânea Documental de Fernão de Souza (1624-1635)*. Stuttgart, 1988.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII- estudos sobre fontes, métodos e história*. Trad. de Marina Santos. Luanda: Editora Kilombelombe, 2007.
- HEYWOOD, Linda M. e THORNTON, John. *Central africans, atlantic creoles, and the foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- JADIN, L. *L'Ancien Congo et l'Angola, 1639-1655, d'après les Archives Romaines, Portugaises, Néerlandaises et Espagnoles*. Vol. I-III. Bruxeles: Institut Historique Belge de Rome, 1975.
- LOPEZ, Duarte e PIGAFETTA, Filippo. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Comentário e transcrição por Alberto Ferronha. Lisboa: Alfa, 1989.
- MILLER, Joseph. C. A. "The Imbanga-la anfd the cronology of Early Central African History". *The Journal of African History*, Vol. 13, n.4, 1972.
- MILLER, Joseph. C. A. *Poder político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Trad. De Maria da Conceição Neto. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995. Título original: Kings and Kinsmen.



- MILLER, Joseph. C. A. "Requiem for the Jaga." *Cahiers d'Études Africaines*, v. 13, n.1, 1973.
- MILLER, Joseph. C. A. "Nzinga of Matamba in a new perspective." In: *The Journal of African History*. V.6, n.2, 1975.
- PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade na época da Rainha Jinga (século XVII)*. Lisboa : Editora Estampa, 1997.
- RAVENSTEIN, E (ORG.) *The strange adventures of Andrew Battel pf Leigh in Angola and the Adjoining regions*. London : The Hakluyt Society, 1901.
- SOUZA, Marina de Mello e. *A rainha Jinha de Matamba e o catolicismo (África Central, século XVII)* In: Millán, J. M. e Lourenço, M<sup>a</sup>.P. Marçal. (coords.) *Lãs relaciones discretas entre las monarquias hispana Y portuguesa: Las casas de las reinas (siglos XV-XIX)*. Vol.III. Madrid: Ediciones Polifemo, 2008. pp. 2085-2114.
- SOUZA, Marina de Mello e. *A rainha Jinga de Matamba e o catolicismo. África Central, século XVII*. In: FERREIRA, Jerusa Pires e ÁREAS, Vilma. (orgs.). *Marlyse Meyer nos caminhos do imaginário*. São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 153-182.
- THORNTON, John. A resurrection for the Jaga. In: *Cahiers d'Études Africaines*, Paris, XVIII (1-2), 1978.
- THORNTON, John. The art of war in Angola 1575-1680. *Comparative Studies in Society and History*, 1988, vol. 30 (2) pp.360-78.
- THORNTON, John. Legitimacy and Political Power. Queen Njinga, 1624-1663. *The Journal of African History*, v.32, n.1, 1991.
- VANSINA, Jan. *Kingdoms of the Savanna*. Madison, University of Wisconsin Press, 1968.
- VANSINA, Jan. More on the invasion of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda. *Journal of African History*, Londres, VII (3), 1966.

Submetido em: 14 de Julho de 2010

Aprovado em: 8 de Setembro, 2010

